

Apresentação

Em 1992-1993, a realidade impôs duras derrotas àqueles que, dentro do PT, abraçaram a tática Mitsubshi, defendiam o apoio ao governo Itamar, advogavam o parlamentarismo e uma candidatura de centro-esquerda, reunindo o Partido dos Trabalhadores aos tucanos.

Os acontecimentos internos ao PT refletiram isto: por uma maioria caracterizada à época como “eventual”, o Diretório Nacional declarou-se oposição a Itamar, Erundina foi suspensa do PT; o presidencialismo ganhou com 70% dos votos dos filiados; e importantes diretórios estaduais e mesmo o diretório nacional passaram às mãos dos chamados radicais.

Nunca saberemos o que teria acontecido caso a maioria da direção tivesse continuado nas mãos dos moderados. É pouco provável, por exemplo, que o PT tivesse resistido a revisão constitucional. Dificilmente teríamos lançado candidatos próprios em estados como o Pará ou São Paulo. Provavelmente a aliança PT-PSDB no Ceará teria sido uma realidade. Nunca saberemos, mas o curso da campanha presidencial — cujo tom foi dado pelos moderados, apesar da maioria da direção estar à esquerda — nos dá boas pistas.

Agora a situação se inverte: no 10º Encontro Nacional, os moderados (especialmente a Unidade e Luta) voltam à carga; seu objetivo é recuperar a maioria nas instâncias partidárias. Centram suas críticas ao desempenho da atual “maioria de esquerda” — que, como sabemos, foi mais formal do que real.

Cabe à esquerda do PT politizar o debate. O centro dos próximos encontros não deve ser o balanço das direções, mas sim a tática do partido para enfrentar o governo FHC, a retomada da discussão sobre a estratégia do partido e seu objetivo socialista.

Entretanto, não devemos temer o balanço do último período. O PT tem que adotar o bom hábito de avaliar o desempenho de suas direções, em todos os níveis.

Os textos que reunimos neste caderno tratam destes temas, expressando o debate interno à Articulação de Esquerda. “18 críticas” é um comentário ao texto “as eleições de 94 e o PT”, escrito por Candido Vacarezza e outros companheiros. A carta aberta a Rui Falcão, sua réplica e minha tréplica discutem a proposta, hoje mal das pernas, de compor uma nova maioria reunindo Unidade e Luta e Opção de Esquerda. E a carta de agosto de 1994, por ocasião da substituição de Bisol por Mercadante, é útil para reavivar a memória daqueles que esqueceram as críticas feitas à época.

Algumas das preocupações contidas nos textos acima hoje estão ultrapassadas pelos fatos. Mas convém não perdê-las de vista, porque os fatos têm o mal hábito de repetir-se.

Valter Pomar
abril de 1995

Dezoito críticas

No dia 16 de fevereiro, realizou-se uma plenária estadual do HV. Ficaram evidentes as divergências existentes em nossa tendência. Entretanto, os defensores de uma reaproximação com a Unidade e Luta ainda não haviam posto suas idéias no papel.

A situação mudou: no dia 18 de fevereiro, durante uma reunião do mandato Rui Falcão, foi distribuído o texto "As eleições de 94 e o PT". Os signatários — João Antonio, Paulo Teixeira, Djalma Bom e Candido Vacarezza — solicitam "a todos os companheiros que colaborem e critiquem a primeira versão deste texto, o qual pretendemos apresentar em forma definitiva o mais breve possível". Atendendo ao desejo dos companheiros, aí vão dezoito críticas.

Primeira

O texto dos quatro se propõe a "abrir o debate" sobre o balanço das eleições, sobre o governo FHC e elementos de construção partidária. Trata-se de um exagero: antes deles, muitos outros escreveram a respeito.

Segunda

O texto afirma que "boa parte dos pressupostos gerais que determinaram a constituição do HV continuam

presentes e ainda são temas entre nossa base militante, porém desde 93 o debate está em outro patamar."

Quais foram os "pressupostos gerais" que nos levaram a constituir o HV? A domesticação do partido, o institucionalismo, o rebaixamento programático, a confusão frente ao governo Itamar, o abandono do socialismo, a transformação do PT em partido de notáveis...

Todos estes pressupostos continuam presentes. O que pode ter mudado é que tais temas continuam preocupando *apenas* "nossa base militante", enquanto *boa parte* dos dirigentes do HV, que assumiram importantes posições após nosso movimento, fazem o "debate em outro patamar".

Nada mudou de 1993 até hoje? Claro que sim: o PT foi derrotado nas eleições de 1994, o que *ampliou* a crise partidária, obrigando-nos a fazer, agora, um esforço ainda maior do que em 1993, se quisermos manter o partido na defesa do socialismo e na luta pelo poder. Além disso, a derrota eleitoral ocorreu num momento em que nós éramos, formalmente, a direção do Partido. Como resultado, tanto o PT quanto o HV converteram-se em "campo em disputa". O PT, por parte do governo e elites. O HV, por parte da Unidade e Luta.

Terceira

O texto fala que “as posições políticas do PT e sua tática eleitoral para 94 em boa medida foram propostas por nós e na sua versão final foram construídas coletivamente por todo o partido. Temos portanto uma responsabilidade particular na avaliação dos resultados eleitorais e sobre o governo FHC”.

Falemos francamente: foi o HV quem dirigiu a campanha? Foi a Opção de Esquerda? Foi uma aliança entre Opção de Esquerda e Na Luta PT?

O texto afirma que “no período posterior ao 8º Encontro, uma direção hegemônica por uma frente que incluía Opção de Esquerda e Na luta PT, por falta de unidade programática, divergências sobre a condução do PT e por não ter base significativa entre os ativistas do movimento sindical e popular não conseguia dirigir o partido ou firmar-se como direção da ação partidária”.

Na verdade, esta “frente” entre Opção de Esquerda e Na Luta PT *nunca* existiu (até porque, como reconhece o texto dos quatro, “a maioria da Articulação de Esquerda e a DS sempre foram contra”). Mas o que importa nesse momento é o reconhecimento de que a direção saída do 8º Encontro “não conseguia dirigir o partido”.

Localizemos isto no tempo: a dire-

ção saída do 8º Encontro Nacional conseguiu dirigir o partido até o episódio da revisão constitucional. Aliás, impedi-la foi nossa principal vitória.

Passado aquele episódio, a direção formal continuou nas mãos da esquerda. Conseguimos até a presidência do PT. Mas na prática, a direção real voltou, pouco a pouco, para as mãos da Unidade e Luta. A rigor, para as mãos de um condomínio entre um setor da Unidade e Luta e um setor da Opção de Esquerda.

Assim, a “responsabilidade particular” que temos é reconhecer que não cumprimos o mandato recebido do 8º Encontro. Não dirigimos o partido. A campanha foi o que foi não por nossa responsabilidade direta, mas por nossa responsabilidade indireta: deixamos (ou não fomos capazes de impedir) que os que mandavam no partido antes do 8º encontro, continuassem mandando.

Quarta

Ao avaliar as eleições, o texto não analisa um fato importante: a esquerda foi derrotada em quase toda a América Latina. E em toda a América Latina, a esquerda utilizou a mesma tática: moderou seu discurso, apresentou-se como alternativa de centro, oferecendo garantias aos setores médios e empresariais.

Quinta

O texto considera como “principais causas da nossa derrota”: o plano real; as eleições casadas; a aliança da direita e do centro contra Lula; a força dos adversários; “secundariamente”, os nossos erros, “que na conjunção dos fatores tiveram seu peso ampliado devido aos acertos do inimigo”.

Entre nossos erros, eles citam: a subestimação dos inimigos; a superestimação das nossas forças; a falta de um plano de envolvimento da militância; a desvinculação das campanhas nacional/estaduais; a superestimação da capacidade do movimento social; financiamento de campanha.

Em síntese, o texto afirma que “mais do que sermos derrotados, eles foram vitoriosos”. Ou seja: o PT passa quatro anos se preparando para uma eleição, passa meses liderando as pesquisas, trabalha com a perspectiva de vencer no primeiro turno, perde e diz com a maior cara de pau: “nós não fomos derrotados, eles é que foram vitoriosos”.

Essa avaliação caberia para as eleições de 1989, nunca para as de 1994. A avaliação correta para o ano que passou é algo como: “eles venceram, e nós demos uma mãozinha”.

Sexta

Não há nada de extraordinário na vitória do candidato das elites em 1994. Afinal, quando foi que as elites perderam uma eleição presidencial no Brasil? A questão relevante é *o como* eles venceram. As elites aprenderam com a experiência de 1989:

**as elites sabiam que iriam enfrentar Lula em 1994 e utilizaram o tempo a seu favor.* E o PT, o que fez? “Preparou-se” (entre muitas aspás) para as eleições, achando que o tempo corria a favor de Lula. Por isso a tática Mitsubshi, a resistência ao Fora Collor, o apoio a posse de Itamar, a colaboração com seu governo, a oposição a idéia de antecipar as eleições... Naturalmente, nada garante que se o PT tivesse aproveitado todas as oportunidades, ele teria vencido as eleições. É bem provável que tivéssemos perdido. Mas o pior é perder sem tentar.

**as elites sabiam que ter o governo federal a seu favor era essencial.* Por isto trataram o governo Itamar de maneira completamente diferente do governo Sarney. E o PT, o que fez? Fez como as elites: tratou o governo com tolerância.

**as elites sabiam que a polarização política favoreceria o PT.* Por isso apostaram numa candidatura com verniz de esquerda, para poder dizer que “os dois candidatos eram de esquerda, mas um era moderno e o outro era arcaico”. E o PT, o que fez? Reforçou a falsa aparência de

esquerda do PSDB. Fez uma campanha de salto alto.

É por isso que dizemos: “eles venceram, e nós demos uma mãozinha”.

Sétima

O Plano Real foi fundamental para a vitória das elites. Mas nós também demos uma ajuda. Deixamos o plano ser arquiuetado sem resistência. Lideranças petistas declararam ser importante que Itamar “estabilizasse” o país: isso garantiria a realização das eleições (que uma hiperinflação poderia ameaçar) e facilitaria o início do governo Lula. Setores da bancada queriam participar da votação do Fundo Social de Emergência, e queriam votar a favor!

Mais ainda: o Plano Real, assim como o Plano Cruzado, não é uma mágica econômica. Ambos refletiram uma determinada correlação de forças na sociedade, um certo acordo entre as elites e uma certa força do governo, necessária para implementá-lo. Ao tratarmos com tolerância o governo Itamar, o PSDB e o ministro FHC, facilitamos seu trabalho.

Subestimamos o plano antes do lançamento da nova moeda. E quando nos demos conta do seu efeito arrasador, passamos a cortejá-lo: foi a época do slogan “moeda forte, salário forte”, que pedia ao eleitorado que confiasse no PT para

“complementar socialmente” o plano. Ora, é óbvio que se até o PT reconhecia que o plano era bom, quem melhor que o próprio FHC para complementá-lo?

Oitava

O texto diz que “fizemos grandes atos em todo o país, botamos a militância na rua, elaboramos um programa e levantamos a perspectiva de um governo democrático e popular, calçado nas reformas fundamentais que visavam ampliar o mercado interno, retomar o desenvolvimento do país com distribuição de rendas, resgatar a cidadania para os inúmeros deserdados e abrir as perspectivas da construção de uma outra sociedade mais solidária. Mas (com o surgimento do Real) o eixo das eleições foi deslocado.”

Ninguém discorda de que as elites conseguiram “deslocar o eixo das eleições”, da luta entre projetos para o tema da estabilização. Do que discordamos é:

*a descrição feita da campanha não confere com os fatos. Nós não conseguimos, mesmo quando estávamos na frente das pesquisas, “botar a militância na rua”, muito menos ganhar milhões de brasileiros para a idéia de um governo de reformas estruturais.

*se é verdade que as elites conseguiram impor um caráter plebiscitário às eleições, entre o Real

e Lula, a pergunta é: porque tanto Lula quanto o Real não conseguiram ganhar o voto de milhões de brasileiros que votaram branco, nulo, abstiveram-se ou votaram em candidatos como Enéas, que todos sabiam que iria perder? Em 1989, pouca gente não se posicionou. Em 1994, por que tanta gente não se posicionou? Por que não conseguimos ganhar o voto desses milhões que o Real não conseguiu engabelar? Por que o PT não conseguiu atrair o voto de protesto nas eleições de 94?

Nona

O texto diz que “nos estados fazíamos um esforço hercúleo para vincularmos a campanha estadual à campanha nacional, coisa que o tipo de disputa posto no país não permitiu e mesmo o andamento da campanha Lula não permitia”.

Discordamos: a vinculação entre campanha nacional e estadual era possível e vital. Se essa vinculação não ocorreu durante vários meses, foi porque a campanha Lula, na frente das pesquisas, preferiu não arriscar, chegando até a flertar com nossos adversários (Covas, por exemplo). Por outro lado, houve estados em que o candidato a governador não fez a campanha de Lula (Vitor Buaziz).

Décima

A opinião do texto sobre financiamento de campanha é inaceitável. O problema das contribuições de empreiteiras não se resume à falta de discussão com o conjunto da base. O recebimento em si é incorreto. O 10º Encontro Nacional deve aprovar uma proibição. Como o espaço é pequeno, sugiro a leitura dos textos de Odilon Guedes, no *Diário Popular*; de Ramatis Jacino e Ernane Gragnelo, no *Linha Direta*; e de Alípio Freire, na *Teoria & Debate*.

Décima-primeira

Se o PT transformar seu balanço das eleições numa lista de acertos e erros, ele não terá dado um passo para a frente. Isso porque o principal acerto do adversário é ser mais forte que nós, e nosso principal erro é sermos mais fracos. E se a conclusão for a de que eles venceram porque são estruturalmente mais preparados, para que disputar eleições?

A questão de método é: a ação do PT, a estratégia do PT, ajudou a compensar, reduzir, minimizar, superar as vantagens estratégicas do adversário? Ou nossa ação e nossa estratégia ampliaram, maximizaram, reforçaram as vantagens das elites?

Sou da segunda opinião. E por isso defendo que o PT retome e atualize as formulações do 5º encontro, para quem a disputa eleitoral era apenas

uma das integrantes de uma política de acúmulo de forças.

É exatamente por isto, aliás, que a esquerda consequente do PT deve se manter organizada. Não para disputar cargos, mas para tentar construir e viabilizar uma estratégia de poder.

Décima-segunda

O texto dedica duas páginas ao governo FHC. Nessas duas páginas, encontramos opiniões contraditórias entre si. Nossa crítica, assim, é apenas um alerta aos autores para que busquem maior precisão. Vejamos só:

*“a ascensão de FHC e do PSDB muda o caráter da disputa política do país, as elites retomaram o fôlego na disputa pela hegemonia, quebrando o quase equilíbrio estratégico que as impediu de realizarem, em sua plenitude, o ajuste neoliberal nos governos Collor e Itamar”;

*“as contradições entre eles e a nossa resistência desautorizam qualquer análise derrotista”;

*“dois cenários possíveis podem ser projetados para o governo FHC: persistirá sob nova forma a crise de governo que acompanhou Sarney, Collor e Itamar”, “diferentemente do que pretende FHC seu destino não será de um Juscelino e sim mais próximo de um Sarney”; outro cenário é que o governo consiga “sobrepassar a crise anunciada no

rescaldo do real”, criando “um tipo de desenvolvimento como sócio pobre dos EUA mais ou menos estável e um quadro positivo para o governo que permita o projeto FHC ter uma vida mais longa e consolidar-se entre a elite brasileira”

*“ainda é cedo para fazermos um desenho do futuro” e o mais provável é que “haja uma situação intermediária entre os dois cenários acima”

Ou seja, eles podem estar na ofensiva estratégica, ou pode ser que o equilíbrio estratégico permaneça. E pode ser que a verdade esteja no meio. Como hipóteses, está legal, e fizemos um raciocínio semelhante em novembro de 94. Mas não seria o caso de buscar algo mais esclarecedor?

Décima-terceira

Na hora que faz propostas concretas, o texto comete três equívocos:

*não deixa claro qual deve ser a postura geral frente às reformas do governo FHC, limitando-se a necessidade de se contrapor a reforma da previdência. Do nosso ponto de vista, a tática geral do PT é derrotar as reformas políticas e econômicas propostas pelo governo, estando a defesa da constituição e/ou a apresentação de propostas alternativas subordinada a esta tática geral;

*apresenta de maneira muito superficial a necessidade de, diante da crise provocada pelo efeito tequila, o PT apresentar um plano de emergência para “manter a estabilização, garantindo a elevação do salário mínimo para 100 reais e a retomada do desenvolvimento”. Se nos limitarmos a essa superficialidade, correremos o risco de cair na mesma armadilha do famoso “plano econômico alternativo de emergência”(92-93), criticado por César Benjamim, Sérgio Amadeu e Odilon Guedes;

*afirma que “a oposição a FHC será feita com base no programa que definimos no nono encontro”. Ora, na época do 9º Encontro Nacional, vários companheiros justificam a não inclusão de bandeiras históricas do partido, explicando que programa do partido e do candidato são diferentes. Passadas as eleições, o programa do partido passa a ser o programa do candidato. Nas próximas eleições, o programa do candidato será um pouco mais rebaixado do que o do partido... e assim sucessivamente. Quais aspectos do programa aprovado no 9º encontro são suficientes, quais estão ultrapassados, quais são insuficientes? O texto não diz.

Décima-quarta

O texto não dedica a devida atenção ao cenário internacional. Dirigen-

tes capitalistas de peso disseram, com todas as letras, que a crise mexicana pode ter detonado um processo cujo desfecho seja semelhante a crise de 1929.

Décima-quinta

A terceira parte do texto (dos quatro) possui um defeito básico: lendo-a, não fica claro o tamanho da crise política e ideológica em que o PT está metido. Impressiona, por exemplo, a segurança com que os companheiros falam que nossos valores nos distanciaram “tanto do socialismo autoritário do leste europeu quanto das experiências da social-democracia” —quando um simples olhar mostra fortíssimos traços de autoritarismo e de social-democracia na prática do partido. O mesmo poderia ser dito de outras passagens, que reafirmam desejos, objetivos, princípios nossos, todos muito bonitos, mas todos muito distantes da realidade.

A solução seria começar por um balanço desses 15 anos, ou pelo menos dos últimos anos, nos quais o PT foi se tornando cada vez mais distante da sua própria teoria. Sem esse balanço crítico e principalmente autocrítico, qualquer discurso bonito soará postiço.

Na hora do balanço, não basta ficar nos diagnósticos genéricos —desde o 5º encontro apontamos a necessidade do PT realizar uma

“revolução” na sua organização interna. Por que essa revolução não ocorreu? Por que o HV não conseguiu atingir seus objetivos? Quais causas de fundo nos impedem?

Décima-sexta

Ao não travar esta discussão de fundo —que está relacionada com a fragmentação de nossa base social; a crise dos movimentos; o fosso cada vez maior entre o povo e a política; a frustrante democratização do país, parcial na política e socialmente nula; a crise do socialismo; o avanço das idéias conservadoras, que minam a solidariedade, a ética e a idéia de ação coletiva; o eleitoralismo de boa parte do PT; o domínio dos meios de comunicação de massa; etc.— ao não travar esta discussão de fundo, o texto acaba superestimando aspectos como o estatuto do partido, a cota de 30% e sugestões interessantes e positivas, mas que no fundo se limitam a tratar os efeitos, não as causas, como é o caso da proposta de *ombudsman* ou das linhas telefônicas diretas com a base.

Décima-sétima

O texto apresenta uma concepção acerca da relação do Partido com os petistas que encabeçam o poder executivo. Aqui não há espaço para discutir na profundidade necessária

o tema, mas nos parece perigoso dizer que o prefeito, o governador ou o presidente (eleitos pelo PT) sejam “representantes do poder executivo, necessariamente mais amplo que o partido”. Levada a sério, esta afirmação inviabiliza a outra que o texto faz: a de que o PT “deverá ser um partido no governo, não o próprio governo ou um partido do governo”. Afinal, como ser um partido “no” governo, se o seu mandatário é considerado um “representante do poder executivo”.

Compreendo o que os companheiros quiseram dizer, mas está disto de uma forma suficientemente inadequada para poder levar à conclusão de que o governante possui excessivas salvaguardas em relação ao partido.

Por último, mas não menos importante...

...não concordamos com o que é dito no item 25 do texto dos quatro. Lá encontra-se o seguinte raciocínio: durante o período que antecedeu o 8º encontro, a direção do PT foi hegemonizada por uma aliança entre Unidade e Luta e Projeto para o Brasil. Depois do 8º encontro, a direção do PT foi hegemonizada por uma aliança entre o Na Luta PT e a Opção de Esquerda. Nenhuma dessas duas hegemonias foi capaz de dirigir o partido. Logo, para definir um projeto para o PT no próximo perí-

odo conjuntural, é preciso “particularizarmos a discussão entre Opção de Esquerda e a maioria da Unidade e Luta”.

Onde estão os erros desta argumentação?

*o principal problema da aliança entre o PPB e a maioria da velha Articulação não foi a demasiada distância entre suas posições e as da base petista. Essa distância, ao contrário, foi sub-produto de uma política adotada pela maioria da velha Articulação, em aliança com o PPB, política esta baseada no abandono das referências socialistas, na institucionalização da estratégia partidária e na subversão da democracia petista. Por que é importante lembrar isto? Porque a crise de hegemonia em que vive o PT só vai ser superada quanto a maioria das bases partidárias e de sua direção forem a favor de uma política de esquerda. Porque uma eventual maioria que não tenha política clara ou tenha uma política de direita, mesmo que conte com o apoio momentâneo das bases, continuará levando o partido no rumo de sua fragmentação orgânica e política.

*não é verdade que o Diretório Nacional tenha sido hegemonizado por uma frente que incluía a Opção de Esquerda e o Na Luta PT. Ao contrário: a maior parte do Na Luta PT adotou uma tática de fustigar a Opção de Esquerda. Passada a luta contra a revisão constitucional, a di-

reção coube a um condomínio que incluía, majoritariamente, a Unidade e Luta, e subordinadamente, setores da Opção de Esquerda.

*portanto, a maioria que fracassou no ano de 1994 é a mesma maioria que os companheiros sugerem criar agora, a partir de uma discussão entre Opção de Esquerda e a “maioria da Unidade e Luta”;

*ninguém duvida que o PT precisa de uma direção que tenha representatividade e possibilidade de enfrentar os desafios políticos e de elaboração. Mas esta direção só surgirá, se surgir, do debate político aberto, e nunca de acertos entre cúpulas de tendências, mandatos e personalidades, pouco importando serem ligadas a esquerda, ao centro ou a direita do PT;

*as tendências não são as responsáveis pela libanização do Partido. As tendências possuem erros graves, mas o estrago provocado por uma única declaração do Lula é infinitamente maior do que dezenas de manifestos. Quem “libanizou” o partido na época do governo Itamar? Quem libanizou o partido na época da revisão? Quem atrapalhou a campanha Lula? Quem faz o jogo da imprensa? Quem adere ao governo FHC?

*“distensionar” a relação entre as tendências não é um objetivo errado. Quem propõe isto, aliás, deveria começar a distensão pelo próprio HV. Errado é raciocinar como se o

“distensionamento” entre as tendências fosse resolver os problemas do PT. Discurso semelhante foi feito na época do 1º Congresso, e reflete uma concepção autoritária, para quem tendência boa é tendência morta. Acabar com as tendências é jogar nosso partido na selva das personalidades e dos mandatários.

*e quem é a “maioria” da Unidade e Luta? O texto dos quatro não

responde. Talvez por que não haja resposta possível. Ou talvez porque eles guardam a resposta para a versão final de seu texto, que aguardo com ansiedade, esperando que minhas críticas possam ter servido para aprimorar “As eleições de 94 e o PT”.

Valter Pomar

22/2/1994

Companheiro Rui Falcão

Durante a campanha presidencial, quando ocorreu a substituição de Bisol por Mercadante, achei necessário escrever-lhe uma carta onde expus minhas divergências, tanto frente àquela medida, quanto ao que a tornou de certa forma inevitável.

Desde então, muita água passou por debaixo da ponte: perdemos as eleições presidenciais e tantas outras, voce foi reeleito, há bastante confusão sobre o futuro do PT e, em particular, sobre o destino de nossa tendência.

Nesse período, tivemos poucas oportunidades de discutir francamente estes temas. Aliás, o clima que tomou conta do HV em São Paulo é bastante difícil. Corremos o risco de produzir um debate despolitizado, nublado por desavenças pessoais.

Temos a obrigação de impedir que isto ocorra. Mas para tal é preciso esforço para o diálogo. “Esconder o jogo” só faz serve àqueles que acham não haver futuro para a Articulação de Esquerda. Como não é esse o nosso caso, decidi —em acordo com outros companheiros— escrever-lhe esta *carta aberta*, expondo por escrito questionamentos já formulados oralmente em diversas reuniões.

A Articulação de Esquerda só faz sentido se for capaz de viabilizar alternativas para os dilemas do PT, entre os quais:

**o PT está perdendo a capacidade de atrair o potencial de protesto existente na sociedade brasileira.* Nestas eleições, por exemplo, o voto de protesto foi branco, nulo, abstencionista ou até ultra-direitista (Enéas, Camata). Estamos deixando de ser alternativa para o protesto, provavelmente porque somos vistos como parte integrante de “tudo isso que está aí”, tão integrantes que até a conta é paga pelos mesmos (empresas, bancos etc.).

**o PT está deixando de atrair a juventude.* Nada mais natural: temos todos os defeitos dos partidos de esquerda (muita reunião, muita luta interna), enquanto abandonamos progressivamente a principal de suas vantagens, o principal atrativo para a juventude: a luta por uma sociedade alternativa.

**o PT está deixando de ser socialista.* Foi-se o tempo em que o PT se dividia basicamente entre socialistas revolucionários e reformistas. Hoje a divisão é entre socialistas e “melhoristas”, sendo que esses últimos abandonaram a perspectiva de *superar* o capitalismo e se tornam cada vez mais parecidos com os liberais.

**o PT não possui mais uma estratégia de poder.* Construímos no

5º Encontro uma linha que podia ser acusada de reformista, mas era claramente uma estratégia de poder. Mas desde 1988-90, vem hipertrofiando-se o aspecto institucional da prática partidária. Nossa estratégia de poder virou estratégia-para-ser-governo, que parece destinada a nos manter... na oposição, porque sem movimentos sociais, partido forte, política de alianças, luta de idéias e outros componentes de uma legítima estratégia de poder, não conseguiremos chegar ao governo federal (pelo menos enquanto formos minimamente comprometidos com "os de baixo").

**o PT está superestimando as possibilidades do "poder local".* Na impossibilidade de berrar "feliz 1998", setores do PT estão depositando suas esperanças num "feliz 1996". Pensam que isto forneceria mais credenciais "administrativas" e bases mais amplas para uma próxima disputa presidencial; mas podem estar dando um tiro em nosso próprio pé, ao fazer da necessária disputa de governos municipais a pedra de toque da estratégia petista. Afinal, a política do governo federal agrava as carências populares, pressionando os serviços públicos especialmente em nível municipal, onde as possibilidades são menores e a arrecadação mais afetada. Mesmo que façamos todo o possível, o mais provável é terminarmos os mandatos

com mais miséria, mais insatisfação e, geralmente, com a vitória da oposição. Isto só tem sido evitado onde as condições são excepcionais e/ou onde o PT e o governo petista conseguem compensar suas deficiências/limites através de um excelente trabalho político. O que não tem sido o caso da maior parte de nossas prefeituras.

*finalmente, mas de tudo talvez o mais importante, há os movimentos sociais e o próprio Partido, imersos em confusão, crise e falta de perspectivas, ao mesmo tempo em que cresce a distância entre eles.

Felizmente, política não se faz sozinho. Há a burguesia, o governo FHC e toda uma conjuntura internacional que podem nos favorecer. Afinal, parece haver um fosso entre o desejo tucano —abrir um novo ciclo de crescimento, combinando neoliberalismo e políticas sociais compensatórias— e suas possibilidades reais, num mundo pós-crise mexicana e num governo loteado.

Aliás, este quadro pode criar dificuldades para a direita do PT —tão próxima do PSDB—, e facilitar a colaboração entre o PT (particularmente nós) e os setores e personalidades populares, democráticas e nacionalistas.

Curiosamente, esta situação

política (enormes desafios para o PT, enormes possibilidades para uma ação ofensiva contra o esquema neoliberal/FHC) nos encontra divididos, tanto em relação ao passado quanto ao futuro próximo (não creio que existam entre nós divergências significativas em relação ao longo prazo, ainda que a persistência de divergências táticas possa produzi-las).

Nunca é fácil, mas se não esclarecermos o que nos separou, será difícil prosseguir a marcha comum. Nem toda avaliação amplia o fosso; ao contrário, mesmo que não cheguemos a um denominador comum, é melhor o diálogo do que o silêncio.

A esquerda petista, majoritária no Diretório Nacional e em importantes diretórios regionais desde julho de 1993, não conseguiu cumprir o mandato recebido no 8º encontro. Não atingimos nossos objetivos. Fomos derrotados pelas elites, mais fortes do que o PT e a Frente Brasil Popular. Fomos derrotados pelos moderados do PT, mais fortes do que a esquerda petista. Mas fomos derrotados, também, por nós mesmos.

Retardamos ao máximo a participação do PT na revisão constitucional. Mas o partido dividiu-se publicamente no episódio, e a revisão fracassou basicamente devido aos desacordos das elites.

Não conseguimos fazer uma oposição de massas e parlamentar ao governo Itamar, e assistimos quase passivamente a montagem de um plano econômico essencial para a vitória de FHC. Não conseguimos desmontar, na sociedade, a imagem positiva do PSDB, construída com uma boa ajuda nossa.

Perdemos no primeiro turno a eleição presidencial, para a qual o partido se "preparou" nos últimos 4 anos. Nossos resultados nas eleições parlamentares e para governos estaduais ficaram abaixo do previsto.

Enquanto a mídia fazia o jogo do adversário e estimulava a luta interna, beneficiando os moderados, a esquerda manteve-se na defensiva, e os meios de comunicação petistas continuaram quase inexistentes.

O Diretório Nacional funcionou e funciona com dificuldade, chegando ao ponto de não conseguir quórum para definir a posição do PT frente ao governo FHC.

A campanha presidencial não foi efetivamente dirigida pelo Partido nem pela coordenação de campanha. Manteve-se a praga das direções paralelas. A militância (inclusive boa parte dos dirigentes) continua sem mecanismos para influenciar a vida partidária.

Apesar de majoritária no DN

e na coordenação de campanha, não foi a esquerda petista que deu o tom na disputa presidencial. Apesar das resoluções aprovadas no 8º e no 9º encontros nacionais, predominou no essencial a linha dos moderados.

*

A pergunta é: poderia ter sido diferente, ou o que ocorreu era mais ou menos inevitável??

A "lei da correlação de forças" também age na vida dos partidos. Com a força que tínhamos em 1993, *difficilmente* poderia ter sido diferente. Mas se é assim, por quê, para quê disputamos e vencemos o 8º encontro? Para nos vermos prisioneiros de uma correlação de forças que nos levou, embora maioria formal, a administrar a política dos moderados? É óbvio que não. Disputamos porque achávamos que, a partir de uma maioria nas direções, seria possível virar o jogo nas outras esferas de atuação partidária e, por decorrência, na ação do PT e da Frente durante 1993 e 1994.

Não sei dizer ao certo se essa expectativa era "aparelhista", otimista ou qualquer outra coisa do gênero. Afinal, dificilmente uma maioria na militância, que nos deu a maioria nas direções, teria conseguido suplantar o predomínio moderado nas bancadas, entre os prefeitos, sindicalistas, intelectuais e lideranças públicas, influenciando a linha da campanha a tempo de recuperar o

estrago feito entre 1990-1993.

Da mesma forma, é bem possível que se o PT tivesse feito tudo "certo" nos últimos três anos, talvez ainda sim tivéssemos perdido, como em 1989, por falta de força.

Mas a questão não é saber se teria dado certo. A questão é que *não fizemos praticamente nada para transformar aqueles objetivos em realidade.*

Em primeiro lugar, a esquerda do PT não conseguiu atuar unificadamente. Mesmo a Articulação de Esquerda não conseguiu atuar unificadamente. Ao contrário: a disputa de espaços na direção e nas eleições proporcionais introduziu divisões profundas entre nós. A coisa chegou ao absurdo de não conseguirmos fazer funcionar um coletivo para discutir (e quem sabe dirigir) a nossa atuação no DN e na coordenação nacional de campanha.

Em segundo lugar, a esquerda do PT manteve-se nos limites das direções partidárias. Não conseguimos nem ao menos debater nossa atuação nos movimentos sociais; no nosso caso, não conseguimos tratar do tema-tabu: a Articulação Sindical. Enquanto a esquerda atuava dividida, os moderados reorganizaram suas forças visando recuperar a maioria. Registre-se, aliás, a presença de importantes dirigentes da Articulação

Sindical no trabalho de reorganização da Unidade e Luta.

Em terceiro lugar, mesmo nos limites da máquina partidária, não conseguimos mudar a relação base/direção, o comportamento do partido nas eleições, ampliar a comunicação petista. Ao contrário, penso que fizemos jus a algumas das acusações de "burocratismo" que tentaram nos impingir.

Em quarto lugar, a esquerda do PT não escapou da "sedução do poder". A medida que Lula subia nas pesquisas, crescia o adesismo (para não falar de subserviência) de quem esquecera estar na direção para imprimir outro curso à campanha. Alguns dos que hoje fazem balanços críticos, durante a campanha tornaram-se sócios menores dos moderados, aspirantes à corte.

Acho que por detrás disto tudo havia uma mistura de incapacidade, saudosismo dos velhos tempos da Articulação e uma boa dose de erro político. Talvez por não termos aprofundado o debate estratégico que iniciamos em 1993, subestimamos a força das elites, superestimamos as possibilidades da candidatura Lula, menosprezamos as dificuldades do PT, da Frente e dos movimentos sociais. E não nos preocupamos em agir como um estado-maior decente: faltou preparar o PT para um cenário "alternativo", a derrota.

Noutras palavras: nós, que éramos os maiores críticos da domesticação do PT, da conciliação de classes, da burocratização do partido e dos movimentos sociais; nós, que éramos os maiores críticos de quem elaborava a estratégia e a tática do PT como se Lula já fosse presidente... nós passamos a fazer coisa muito parecida. Afinal, contra todas as evidências, engrossamos o coro dos ingênuos. E ao fazê-lo, abandonamos o enfoque que esteve na base do Manifesto A Hora da Verdade. Nada mais natural, portanto, que uma paulatina reaproximação dos setores moderados.

Na Articulação de Esquerda, parece haver amplo acordo com duas idéias: fomos derrotados basicamente por motivos estruturais; o PT ajudou, em certa medida, sua própria derrota: o namoro com o PSDB, a "oposição" a Itamar, a complacência frente a montagem do Real etc.

Todavia, parece haver diferença em três pontos: a profundidade dos erros do PT; o nível de responsabilidade da esquerda (especialmente do HV) nesses erros; a nossa postura neste debate. Os dois primeiros pontos são auto-explicativos, esclareçamos o terceiro.

Nada mais justo num partido do que a direção responder pelos erros da política seguida. É o ônus

de ser direção. Ou não estaríamos reinvidicando parte substancial da vitória, tivesse Lula vencido? Inclusive por isto, é incorreto pedir aos outros que se comportem de maneira diferente da que adotamos em 1993.

O que devemos ser contra —coerentemente com nossa atitude em 1993— é a estigmatização pessoal. Mas mesmo aí só há uma maneira de ser contra: apresentando o *nosso balanço* politizado do processo. Fora disso, os apelos contra a revanche e por um debate civilizado só servem para indicar o caráter e a disposição de nossos interlocutores.

Nos próximos seis meses, o partido vai ter que combinar o debate preparatório do 10º encontro com a oposição ao governo FHC, oposição de massas e não apenas parlamentar, capaz de defender os interesses democráticos, populares e nacionais contra as reformas neoliberais.

Será preciso modificar o funcionamento do PT, lutando pelo ressurgimento de sua imprensa, ampliando a participação das bases, rejuvenescendo o partido, aumentando o peso dos trabalhadores, discutindo seus mecanismos de financiamento.

No debate, devemos rediscutir a estratégia do partido, reafirmar/atualizar nossos objetivos

socialistas e revolucionários, em contraposição aos social-democratas, liberal-socialistas e demais variantes de “melhorismo” existentes hoje no PT. Será preciso, enfim, manter o PT como um partido que participa da institucionalidade, mas que não se submete a seus limites.

Talvez ainda não tenhamos resposta sobre o principal: o quê e como fazer. Mas não devemos ficar paralisados. As vezes é mais importante definir *sobre o que* pensar, e não o que pensar. No momento, precisamos definir a agenda do partido, a pauta do debate, e criar condições para que todos participem.

O que está em jogo não são detalhes: está em questão a sobrevivência do projeto partidário. A integração do PT à ordem, a derrota em 1994, a crise dos movimentos sociais, a situação nas prefeituras, o caso Odebrecht (e a presença de algumas de nossas prefeituras nas páginas policiais), tudo isto vai se somando e parece estar próxima (com o perdão do conceito) a hora da verdade *do PT*. Um sinal disso é o expressivo número de pessoas que têm se dito decepcionadas, chegando inclusive a solicitar desfiliação.

Boa parte do futuro do PT dependerá dos rumos do governo FHC (vinculados, por sua vez, ao comportamento da oposição, especialmente do PT). Se a burgue-

sia (mais uma vez) não nos faltar, é possível que logo ocorra um ressurgimento do movimento de massas, de oposição ao governo federal.

Entretanto, de pouco adiantará se vivermos uma reprodução de 1992, quando o PT deixou o movimento pelo *impeachment* ser hegemonizado pelas idéias da “ética na política”, minimizando a crítica ao conteúdo da política collorida, poupando-se os corruptores e a lógica neoliberal.

Para o PT se manter à esquerda, é preciso que a esquerda do partido continue existindo e se fortaleça. Mais que isso: é preciso que a esquerda mude sua forma de atuar, invista mais na elaboração teórica, no debate político, na formação de quadros, nos movimentos sociais, na disputa da opinião pública. E supere os sectarismos que a impedem de potencializar sua força.

Como em 1993, o destino do PT e da esquerda do PT está ligado ao da Articulação de Esquerda. Seja para cumprir a tarefa positiva de elaborar uma nova política e encaminhar o partido para um novo rumo; seja para cumprir a tarefa “defensiva” de evitar a desfiliação e o afastamento dos descontentes com a situação do PT.

Nacionalmente, existe uma clara disposição nesse sentido. Há

vontade de debater as diferenças e manter a unidade. Há vontade de construir uma tendência, com capacidade de diálogo, ampliação e unidade com outras forças, capaz de colaborar com a reconstrução das bases do socialismo, tomando como terreno preferencial a crítica do capitalismo realmente existente. Capaz de re-elaborar nosso caminho para o poder, o que exigirá um balanço da trajetória petista, das experiências similares, do quadro internacional, da situação brasileira. Além de uma discussão sobre a chamada transição ao socialismo, sobre o poder, o Estado, a revolução. Tarefas que exigem *think tanks*, revistas, centros, contatos com a esquerda doutros países, pontes com os socialistas não-petistas, muito debate e formação política, no esforço de envolver não apenas os militantes, mas também os simpatizantes do PT e da Frente Brasil Popular.

Capaz de reorganizar os nossos esforços táticos com base numa nova estratégia. Rever o papel e os métodos de nossa ação institucional. Re-priorizar os setores populares e alterar a ação sindical. Reviver o aspecto cotidiano e cultural da ação partidária. Recuperar nosso caráter anti-*establishment*.

Capaz de levar o PT e a esquerda a uma oposição parlamentar e de massas a FHC. Capaz de recuperar nossa capacidade de

analisar a conjuntura, evitando os equívocos da recente campanha presidencial.

Capaz de conferir credibilidade às instâncias partidárias, re-organizar os filiados, atrair os militantes que se afastaram, criar novos mecanismos de organização, comunicação e finanças. Tudo isto na perspectiva de que o PT continue sendo um partido de massas e não um partido eleitoral.

Do ponto de vista interno, estas tarefas não são exclusivas de uma tendência. Mas ainda: elas exigem modificações no funcionamento e na atual configuração das tendências partidárias. Mas continua sendo essencial para o PT a existência de tendências, sem as quais o partido ficará entregue aos *lobbies* de mandatários e personalidades públicas.

É a partir dos alinhamentos criados no debate que poderemos estabelecer uma política de alianças para os encontros de 1995. Entretanto, é preciso consolidar o que já começamos: a Articulação de Esquerda, a Opção de Esquerda, os laços com setores sem-tendência e alguns setores do Na Luta PT, na perspectiva de construir um campo mais amplo que reúna a esquerda petista, espaço inclusive para os que não querem atuar em tendências. Para os próximos encontros, devemos definir objetivos mais modestos

do que os de 1993. Noutras palavras, trabalhar pela obtenção de maioria/hegemonia de esquerda em alguns diretórios regionais e municipais importantes (como a capital e o estado de São Paulo). Será preciso, ainda, discutir uma tática para 1996 e —por último mas não menos importante— uma priorização efetiva, de nossa parte, para os movimentos sociais.

Em São Paulo, contudo, há uma enorme confusão. Nos dividimos no Encontro Extraordinário que deliberou sobre o apoio a Covas. Nos dividimos publicamente no debate acerca das empreiteiras. E tudo indica que estamos nos dividindo no debate sobre as alianças internas.

Corre no partido a notícia de que voce estaria trabalhando pela reaproximação entre o HV (ou setor dele) e a Unidade e Luta (ou setor dela). O corolário desta reaproximação seria o apoio à candidatura de Zé Dirceu à presidência do PT-SP.

Como nunca ouvi isso de voce, discutiremos em tese estas questões. Em nossa opinião, é a política que deve estar no comando das alianças que fazemos no interior do Partido. Por isso faz sentido trabalhar pela candidatura de Olívio Dutra à presidência nacional do PT, devido às suas relações com a esquerda do PT gaúcho, ao tipo de

campanha feita no Rio Grande do Sul e sua postura partidária. Entretanto, qual a coerência de uma política que prioriza a reaproximação, uma "nova maioria", com setores da Unidade e Luta, exatamente com aqueles setores que fazem ataques públicos ao HV, que defendem que a vocação do PT é ser um partido social-democrata de esquerda?

Em 1993, por diversas vezes nos acusaram de rachar a Articulação por motivos "pessoais", "falta de espaço" e coisas do gênero. É claro que no partido (e entre nós) há pessoas cujo objetivo é ser maioria, não importando muito com qual política. Mas o bom caminho é tornar-se maioria quando as idéias que defendemos tornam-se majoritárias entre a militância (e, portanto, aceitar ser minoria quando ocorre o contrário).

Por isso, torna-se difícil aceitar uma política cujo objetivo central é formar uma "nova maioria", secundarizando a principal questão: em torno *de que política* se formaria essa "nova maioria".

A crise de direção do PT não será resolvida por uma maioria numérica, mas por uma maioria política *em torno de uma linha correta*. Assim, os que defendem uma "nova maioria" re-unindo HV e Unidade e Luta devem responder: em torno de que acordo político? de que posições

nós abriremos mão? de que posições Unidade e Luta abrirá mão? o eventual acordo político daí resultante será capaz de enfrentar os dilemas do PT? como evitar a reedição de uma maioria numérica, como foi a Articulação entre 1990-1993, incapaz de apresentar uma orientação consistente para o partido? qual o balanço que fazem da atual "maioria" de esquerda?

Na ausência de respostas convincentes a estas questões, a decisão de construir *esta* "nova maioria" equivale a dizer que estavam certos os que foram contrários ao racha da velha Articulação. Se isto fosse verdade, tudo bem: autocrítica não faz mal a ninguém. Mas não é, e o PT perderá caso se reestabeleça a velha hegemonia.

Perderá porque está nova maioria (que de fato é a velha Articulação) não conseguirá solucionar os problemas postos diante do Partido. Porque um eventual racha no HV atrasará, e muito, a consolidação de um campo de esquerda no partido, além de ressuscitar um certo tipo de luta interna que já demonstrou seus limites. Porque a falta de perspectivas continuará afastando do partido mais e mais setores que são a base social do PT autêntico.

Já é voz corrente que o HV acabou, ou que está racha(n)do. Até certo ponto isto é apenas *lobby*. Mas

se nada for feito, é o que acabará acontecendo. Nesse caso, alguns de nós se transformarão em cerejas no bolo de uma re-articulação dominada pelos de sempre, onde os ex-HV terão menos peso do que tinham na velha Articulação. Mas talvez com a mesma influência de certos esquerdistas do PRC e do Poder Popular e Socialismo, protagonistas desse mal hábito de começar pela esquerda e terminar pela direita.

Não se deve temer os rachas. Alguns são inevitáveis, como o que deu origem à Articulação de Esquerda. Mas da mesma forma como a fragmentação do PT faz o jogo das elites, é evidente que a direita do partido —que hoje nos trata como um campo em disputa— ficaria muito satisfeita com uma “guinada à direita” e/ou com um racha do HV.

De 5 de fevereiro de 1993, quando nove membros do DN assinaram o Manifesto, até hoje, você se tornou a figura pública mais conhecida da esquerda petista. Por isso, é preciso haver de sua parte (e também de outros) uma sinalização mais clara. Defende manter a Articulação de Esquerda, bem como

um debate efetivo sobre os nossos rumos? Ou prevalecerá a situação atual, onde o debate entre os militantes ligados ao HV é apenas pró-forma, enquanto por detrás os acertos já estão sendo feitos? Pretende-se uma composição com setores da Unidade e Luta? Por quais motivos e com base em que programa?

Pode até ser que da transparência de posições não resulte a unidade. Mas pelo menos teremos feito um esforço, politizado o debate e permitido ao conjunto dos militantes do HV alinhar-se, não em torno de pessoas, mas de posições.

Talvez não estejamos à altura de tantos desafios. Mas a história real se faz com as pessoas disponíveis. Assim como não está escrito que conseguiremos, o oposto também não está dado. O desafio é tentar. Essa é a nossa disposição em relação ao PT, e também em relação ao HV: tentar. Se for possível manter a unidade com base na política, bem. Se não, pelo menos tentamos.

Saudações socialistas

Valter Pomar
SP, 2/1/1995

São Paulo, 6 de março de 1995

Caro Valter

Li com muita atenção a “carta aberta”, que você, “em acordo com outros companheiros”, resolveu me escrever. Tendo-a recebido durante as férias —período em que o instinto político de petistas como eu nem sempre está muito predisposto—, preferi dar um tempo até sentir o ritmo do pensamento sincronizado com as surpresas do cotidiano.

Mas, mesmo dois meses após, a sensação permanece e o impacto não amorteceu: fui, ou estou sendo, usado como “gancho” para um tipo de discussão que, cada um a seu modo (e voce, principalmente), poderia travar sem o expediente de uma correspondência a mim endereçada, porém postada ampla, geral e irrestritamente. Claro que sempre se poderia invocar a tradição epistolar/polemista dos ancestrais... Entretanto, o caso é outro. A intenção, sinceramente confirmada em diálogo recente, era mesmo atrair-me para a disputa —a qual nunca abandonei, a de idéias, querendo-a sem sectarismo e, de preferência, fraterna.

Sendo assim, e nesse tom, começo por dizer que sua carta, involuntariamente, transformou a Articulação de Esquerda num “campo em disputa”. Não da “direita”, como quer você, mas do conjunto partidário, todo a se indagar a respeito de rachas

em andamento e de guinadas supostamente em curso. Longe, porém, de censurá-lo pelo que poderia ser uma “falha tática” na luta interna, creio que a fragilidade aparente favorece um debate de idéias politizado, sem tensões artificiais, capaz de aproximar os militantes, revalorizar as correntes de opinião internas, levá-las à unidade de ação e, em consequência, fortalecer o PT para os embates de agora e do futuro.

Nunca estive (e continuo não estando) entre aqueles que consideram serem as tendências um estorvo, um mal dentro do PT. Ao contrário, acredito que a pluralidade, a unidade na diversidade é nossa fortaleza; constitui marca distintiva fundamental na história da esquerda brasileira, antídoto ao monolitismo, ao culto à personalidade e ao autoritarismo arraigado entre nós. Talvez por isso incomodem tanto os que nos querem iguais aos partidos da velha ou da nova ordem.

Por pensar assim é que não aceito grupos cristalizados, partidos-dentro-partido como já os tivemos, seitas e clubes de personalidades (com ou sem voto). Também quero consolidar politicamente o HV e a Opção de Esquerda, reafirmando nossos objetivos socialistas e revolucionários. Mas, a fim de darmos conta dos imensos desafios de “reconstruir as bases do socialismo, tomando como terreno principal a crítica do

capitalismo realmente existente”, não bastam as tendências, Valter. Precisamos, como você mesmo reconhece, do PT, onde cabem todas elas, inclusive os sem tendência sinceros.

Daí ser difícil compreender, fora as razões de ordem pessoal sempre respeitáveis, as suspeitas que contra mim atira de estar trabalhando (já desde o ano passado, a julgar pela data da carta) para eleger o companheiro Zé Dirceu à presidência do PT-SP. Vamos ao método (sempre ele, você sabe): “corre no partido a notícia de que voce estaria trabalhando pela reaproximação entre o HV (ou setor dele) e a Unidade e Luta (ou setor dela). O corolário desta reaproximação seria o apoio à candidatura de Zé Dirceu à presidência do PT-SP”. Não seria mais fácil, Valter, telefonar e fazer a pergunta diretamente, em vez de lançar mão do surrado “corre no partido”? Aliás, de forma semelhante, voce difundiu insinuações a respeito de suposta malversação de fundos de campanha, tentando inculpar um companheiro nosso para levá-lo à Comissão de Ética do DR-SP.

Já lhe manifestei pessoalmente profunda discordância quanto a alguns de seus métodos de encarar a luta política. Este último episódio, em particular, está à espera de retificação sua, necessária a meu ver para que se supere o abalo no relacionamento.

Mas vamos aos fatos. Tenho sustentado, publicamente, a

necessidade de reconstruir as relações de companheirismo dentro do PT, a fim de restaurar um clima minimamente propício que seja ao debate de idéias. Tal como estamos hoje, a disputa é despolitizada, muitas vezes excludente, crivada por preconceitos e cerceadora de novas elaborações —tão necessárias estas para suplantarmos a crise atual e para embasarmos a atuação da militância. Por isso, acho que qualquer nova direção a se constituir supõe uma base política prévia, fruto da participação dos filiados na preparação dos encontros. Aliás, assim nos comportamos quando fizemos alianças internas com a Opção de Esquerda e com a Na Luta PT. Não há por que fazê-lo diferente agora no método. A diferença está em que alguns pretendem circunscrever a discussão a um campo mais limitado; eu, ao contrário, proponho que nós tomemos a iniciativa de disputar politicamente para além da Opção de Esquerda, incluindo setores da Unidade e Luta. Diversamente de você, embora não tenha firmado acordos com o Zé Dirceu, candidato a governador de nós todos há menos de 6 meses, discordo da idéia de vetá-lo (e por anterioridade), fazendo girar a tática dos encontros na listagem antecipada de nomes para a direção, ao invés de resultarem eles de critérios e propostas políticas que nos contemplem.

Concordo com você na

visualização de vários dilemas/desafios do PT: a atualização de nossa estratégia de poder, a necessidade de atrair a juventude, os riscos de abandonar o projeto de construir uma sociedade socialista, a recuperação dos vínculos com os movimentos sociais, enormes possibilidades para confrontar com o projeto neoliberal. Imagino, igualmente, existirem mais afinidades que discordâncias em relação ao longo prazo —o que enseja um debate de fôlego nas instâncias partidárias, nos seminários das tendências e, por que não, até mesmo nos espaços conquistados à grande imprensa. Mas, se bem representem aspectos secundários do seu texto, quero registrar divergência pelo menos em dois pontos, para não me estender em demasia.

O primeiro deles refere-se a um aspecto da avaliação da campanha eleitoral: o de atribuir a derrota do Lula, entre outros fatores (em torno dos quais há consenso), a uma suposta linha moderada. Das caravanas aos programas de TV, levamos o discurso da revolução democrática, das reformas estruturais, da participação popular nas decisões de governo, do combate às elites dominantes, da recusa ao neoliberalismo, da denúncia ao esquema eleitoral viciado. Quando a mídia toda afirmava que o Lula começaria a cair devido ao fato de ter partilhado a direção com os “radicais”, ele manteve a trajetória de alta contínua na curva das pesquisas.

Fomos coerentes com as propostas de campanha aprovadas no 9º Encontro, muito embora várias passagens das resoluções —revistas hoje e evitando a tentação iluminista— revelassem erros de avaliação. Só para lembrar dois deles, menciono o tratamento inicial da candidatura FHC, subestimado como alternativa diante de Quéricia, e as expectativas em torno da entrada em circulação da nova moeda, o Real, ou “cruzado dos ricos”...

Não minimizo nossas falhas. Tampouco me isento das responsabilidades de membro de uma direção partidária e de uma coordenação de campanha. Entretanto, a queda do Lula começa com o Real, que passa a polarizar todo o debate na sociedade, a despeito dos nossos esforços para impor outra agenda e mesmo, para encontrar uma alternativa de contraposição ao discurso da estabilidade eleitoreira. Ocioso lembrar que o discurso “à esquerda” contra o Real, infelizmente, colocou Brizola abaixo de Enéas na apuração.

O segundo ponto diz respeito a uma afirmação taxativa. Reproduzo-a literalmente: “A campanha presidencial não foi efetivamente dirigida pelo Partido nem pela coordenação de campanha. Manteve-se a praga das direções paralelas. A militância (inclusive boa parte dos dirigentes) continua sem mecanismos para influenciar a vida partidária”. É óbvio que com o esvazia-

mento dos núcleos (não de agora, diga-se), com a burocratização de várias direções aparelhadas e com a precariedade relativa da comunicação interna, estreitaram-se sensivelmente os canais para a influência da militância. Mas daí nada autoriza afirmar que nem o Partido ou a coordenação dirigiram a campanha. Quem teria sido? No fundo, há duas contradições nas argumentações seguintes. A primeira, como exigir (corretamente) que a direção responda pelos erros da política seguida, se ela (direção) não dirigiu a campanha? A segunda, Valter, é que você aponta os “moderados” como responsáveis pelo tom da campanha e, portanto, como dirigentes de fato sobre a maioria da coordenação, que, efetivamente, com erros e acertos, comandou a campanha. Eleita parte no Encontro e parte no Diretório Nacional, com plena legitimidade, acolhendo todas as correntes de opinião do PT e inclusive um não filiado (à época), foi a coordenação — e não qualquer organismo paralelo — a responsável pela campanha, sob a liderança do candidato a presidência da República, o Lula.

Nesse novo período que vamos viver, julgo fundamental lembrar o Antônio Candido, para quem o PT possui uma capacidade imensa de aprender com os próprios erros, em vez de se destruir em desvios irrecuperáveis. Eis porque entendo ser vital exercitar a tolerância entre nós.

A propósito, recordemos o velho Mao (você que foi um seguidor, me corrija se estiver enganado): “Aos inimigos, a luta armada; aos companheiros, compreensão”. Permita-me uma última citação, esta de sua própria lavra: “...é preciso que a esquerda mude sua forma de atuar, invista mais na elaboração teórica, no debate político, na formação de quadros, nos movimentos sociais, na disputa da opinião pública. E supere os sectarismos que a impedem de potencializar sua força”.

Valter, soube por você mesmo dos temores de um isolamento político por conta de suas posições. Há muito tempo sou adversário de expurgos, estigmatizações (até sou vítima delas) e vetos políticos. Caso se manifestem manobras desse tipo, não terão meu respaldo e sim a minha resistência. Portanto, também por isso me julgo no direito de exigir-lher comportamento condigno com suas idéias, naquilo que concerne ao mencionado episódio do injusto pedido de Comissão de Ética para fins de luta interna.

PT Saudações

P.S. — Caso deseje divulgar a carta, é um direito seu. De minha parte, como sou mais antigo, não envie cópia a ninguém. No entanto, até para não imaginarem menosprezo a sua longa missiva, informarei aos companheiros do teor da minha resposta.

São Paulo, 17 de março de 1995

Companheiro Rui

Recebi há alguns dias tua réplica à minha "carta aberta". Gostaria de ter tido mais tempo para respondê-la, mas como amanhã ocorrerá nosso seminário estadual, tive que correr contra o tempo.

Naturalmente, aceitei o teu oferecimento e tornei pública a tua réplica e minha tréplica. Com isso, da minha parte considero encerrada a polêmica epistolar, que poderá ter prosseguimento em nossos debates partidários.

Preliminarmente, quero te dizer com franqueza que achei tua carta suave, educada... mas fugistes do debate de fundo. Ao lê-la, fiquei com a impressão de que nossas divergências situam-se no terreno do método e não da política.

Voce deve se lembrar do que diziam do estilo que o Prestes utilizava nas polêmicas partidárias. Toda vez que perguntavam a ele sua opinião acerca das baleias, Prestes respondia invariavelmente algo assim: "a baleia vive no mar, e o mar é cheio de peixes. Os peixes...". Sobre o cetáceo propriamente dito, nada mais era dito.

Mas enfim: da mesma forma como os peixes mantêm relação com as baleias, o método mantêm relação com a política. Assim, tentarei discutir tuas críticas de método para po-

der passar à política.

• •

Voce diz: "fui usado como 'gancho' para um tipo de discussão que voce poderia travar sem o expediente de uma correspondência a mim endereçada. Sua carta, involuntariamente, transformou a Articulação de Esquerda num 'campo em disputa'.

Vamos aos fatos:

*a Articulação de Esquerda não conseguiu criar um funcionamento interno que viabilizasse o debate permanente, a elaboração coletiva e a definição de ações comuns. Isso variou de estado para estado, mas foi particularmente grave em nível nacional, expressando-se na falta de coordenação entre nossos companheiros na Executiva, no Diretório e na coordenação de campanha.

*no processo eleitoral, especialmente em São Paulo, aconteceram diversos conflitos entre candidatos proporcionais ligados a Articulação de Esquerda.

*a Articulação de Esquerda dividiu-se no Encontro Extraordinário que deliberou pelo apoio a Mário Covas, no segundo turno das eleições paulistas.

Esses são alguns dos fatos que transformaram a Articulação de Esquerda num "campo em disputa", todos anteriores a minha "carta aberta". Mais recentemente, circularam notícias sobre um suposto acordo entre setores ou personalidades do HV e da Unidade e Luta, acordo que

resultaria numa troca de apoios na disputa da presidência estadual do PT, prefeitura da capital em 96, lideranças de bancada e presidência do DM-SP.

Tal notícia chegou às páginas da *Folha de S. Paulo*, numa matéria que afirmava que voce estaria rachando com o HV e voltando à Unidade e Luta. Imediatamente, eu escrevi uma carta desmentindo tal fato, carta que foi publicada pelo Painel do Leitor; como sabemos, Rui, a Folha não publicou até agora seu desmentido.

Portanto, não foi a minha carta que transformou a Articulação de Esquerda num campo em disputa. Se isso fosse verdade, seria uma brutal incoerência: afinal, nesses dois anos, eu fiz todos os esforços para manter um mínimo de organicidade em nossa tendência. Junto com o Pedro de Castro Jr. e com o João Bosco, realizamos reuniões entre nossos candidatos a deputado em São Paulo, com o objetivo de apurar arestas e viabilizar ações comuns. Não me furtei nem mesmo a tentar construir uma posição unitária frente ao segundo turno paulista —mas o açodamento de alguns companheiros, que preferiram declinar previamente suas posições à imprensa, inviabilizou a tentativa de unidade.

Na verdade, minha carta foi uma *reação* ao processo de desagregação que tomou conta de nossa tendência. E exatamente porque foi uma reação, ela tinha que ser *pública* e

endereçada *a voce, Rui*, que nos últimos anos converteu-se na principal expressão pública da esquerda petista.

Dirigi-lhe minha carta porque voce estava deixando correr sem contestação as notícias sobre o suposto acordo entre setores do HV e da Unidade e Luta. Dirigi-lhe minha carta porque penso (e continuo pensando) que voce é fundamental para a manutenção da nossa unidade, politizando o debate, pacificando as relações internas e apontando rumos. Enderecei-lhe uma “carta aberta” (ao invés de um telefonema, como voce sugere) porque já havíamos conversado várias vezes, sem sucesso. Aliás, voce deve recordar a carta que lhe enviei em agosto de 1994, que diante de tudo isto achei por bem tornar pública (em anexo).

••

Quanto ao suposto acordo, voce nega que ele exista. Fico feliz em sabê-lo, principalmente porque isto confirma que sua eleição para líder da bancada estadual, assim como a de José Mentor para líder da bancada municipal, devem-se a reconhecida competência política e capacidade de articulação de nossos companheiros.

Entretanto, permita-me lembrá-lo que a candidatura de José Dirceu à presidência do PT estadual está posta, assim como estão postas duas pré-candidaturas da Unidade e Luta à presidência do DM-SP. Diante disso, há uma reação muito curiosa no

interior da Articulação de Esquerda.

Todos dizem querer disputar e ganhar a presidência do PT paulistano. Mas pouco se fala sobre disputar e ganhar a presidência do PT estadual; há até quem defenda abertamente discutir os termos em que poderia ser aceitável um apoio ao Zé Dirceu. Ora, porque dois pesos e duas medidas? Penso que isto deve-se ao fato de que alguns companheiros apoiam o Zé Dirceu para qualquer coisa (como você, Rui, eu detesto seitas, especialmente aquelas em torno de personalidades, que lembram a maçonaria).

Ao contrário destes companheiros, que parecem ter uma posição prévia de apoio ao José Dirceu, eu procuro me pautar pela política. É por razões políticas que acho fundamental a esquerda petista disputar a presidência do PT paulista; é também por razões políticas que sou contrário a acordos-em-torno-de-cargos com a Unidade e Luta.

Você defende que possíveis acordos resultem de "critérios e propostas políticas que nos contemplem"; e se diz contra "vetos", especialmente por "anterioridade". Eu gostaria de propor a inversão dos termos do seu raciocínio: se fomos capazes de conquistar a liderança na Câmara e na Assembleia, onde somos nítida minoria, porque não seríamos capazes de disputar e vencer a presidência do Partido? Não seria o caso de lançarmos um candi-

dato à presidente estadual, exatamente para não ficarmos em "desvantagem tática", até mesmo numa eventual negociação? Afinal, se "veto por anterioridade" é ruim, o que dizer de adesão por antecipação, daquele tipo que viabiliza a vitória do adversário por W.O.?

••

Você diz que eu difundi "insinuações a respeito de suposta malversação de fundos de campanha, tentando inculpar um companheiro nosso para levá-lo à Comissão de Ética do DR-SP. Este episódio está à espera de retificação sua, necessária a meu ver para que se supere o abalo no relacionamento".

Mais adiante, você eleva o tom e diz: "me julgo no direito de exigir-lhe comportamento condigno com suas idéias, naquilo que concerne ao mencionado episódio do injusto pedido de Comissão de Ética para fins de luta interna".

É curioso. Você afirma defender novos métodos nas relações internas. Mas não titubeia em "exigir" uma "retificação".

Eu até que não teria nenhum problema em fazer autocrítica, retratar-me ou pedir desculpas... Ocorre que não solicitei comissão de ética "para fins de luta interna". Eu solicitei comissão de ética porque julguei que... a ética partidária havia sido quebrada. Eu não difundi "insinuações". Eu relatei *por escrito* ao órgão competente —a comissão

executiva estadual do PT— informações vindas de vários militantes, que motivaram dois pedidos de comissão de ética, um deles patrocinado por mim, outro pelo companheiro Gilberto Maringoni.

O meu pedido de comissão de ética foi a voto na Executiva Estadual e recebeu 6 votos favoráveis e 6 votos contrários. No momento, estamos aguardando o relatório da comissão da Executiva que está analisando a procedência do outro pedido de Comissão de Ética.

Exatamente porque acredito que o partido está acima das tendências, é que não poderia acobertar ou engavetar denúncias, especialmente contra membros do HV. Em particular quando estou convencido de que o companheiro em questão mentiu, sonegou informações e descumpriu orientações da executiva estadual. Foram estes os motivos que me levaram a solicitar uma comissão de ética. Ele mentiu, sonegou informações e descumpriu informações, num episódio que envolvia suspeitas de má administração e malversação dos recursos partidários.

Voce registrou divergência pelo menos em dois pontos, que representam aspectos secundários na minha carta.

Eu incluo, entre os fatores que levaram à derrota do Lula, a linha moderada seguida pela campanha. Voce discorda, e afirma que “das caravanas

aos programas de TV, levamos o discurso da revolução democrática”.

A campanha do Lula é um episódio muito complexo, e sua derrota não pode ser resumida numa frase ou num único fator. Mas dizer que das caravanas ao programa de TV nós levamos “o discurso da revolução democrática” é um evidente exagero.

Para não me estender, cito o companheiro Vacarezza, que escreveu: “de forma ácida, podemos dizer que nos primeiros meses de 94, a campanha nacional não tinha cara de disputa eleitoral e sim de transição de governo”.

••

Não me conformo, tampouco, com a explicação de que a queda de Lula começou com o Real. Em primeiro lugar porque as pesquisas demonstram que a queda havia começado antes. Em segundo lugar, porque *de per si* isto não explica nada.

O 8º Encontro Nacional ocorreu logo depois da posse de FHC no ministério da Fazenda. Desde então, ele veio desenvolvendo o seu plano. Dizer que não conseguimos enfrentá-lo no segundo semestre de 1994, com a nova moeda na praça, é uma obviedade. Mas é preciso responder porque não *tentamos* enfrentá-lo antes, quando o plano ainda estava em curso e talvez pudesse ser detido.

A esse respeito, voce deve lembrar da fala do Paulo Nogueira Batista Jr., no seminário de avaliação da cam-

panha Lula: ele relatou que, nos primórdios do plano, ligou para um dirigente do PT, perguntando se o partido não tomaria atitudes mais duras frente ao que se estava preparando. Obteve como resposta um discurso sobre a necessidade de manter pontes com o PSDB no segundo turno...

Poderia citar outros casos, mas parece claro que o PT foi no mínimo ambíguo frente às fases iniciais do plano, talvez por imaginar que um cenário de estabilidade econômica seria favorável tanto às eleições quanto ao início do governo Lula.

Quando o plano entrou na fase da URV, predominou no partido a minimização de seus efeitos eleitorais. Finalmente, quando Lula despendeu nas pesquisas, o PT oscilou em seu discurso, mas foi hegemônica a idéia expressa no slogan "moeda forte, salário forte": reconhecer a vitória do adversário e pedir ao povo que nos desse a chance de "completar" o plano com as nossas reformas. Quem prestou atenção nisso deve ter se perguntado porque não dar esta chance a FHC —quem melhor que ele para "completar" o plano?

* *

Se as coisas forem como penso, tua referência ao Brizola não faz sentido, isto por três motivos.

Em primeiro lugar, o problema principal não é saber qual teria sido o melhor discurso para enfrentar o plano, quando ele estava no auge. O

problema principal é saber o que poderíamos ter feito para *impedir que o plano chegasse a seu auge*.

(Para fazer uma comparação, não basta discutir se é éticamente correto jogar pessoas fora do barco salvas; mais vale discutir porque o transatlântico foi a pique).

Em segundo lugar, é evidente que a votação pífia de Brizola não resulta de sua crítica dura ao Real. A verdade é que nestas eleições não houve espaço para Brizola, Quéricia ou Amim. O raciocínio que poderia ser feito é outro: as críticas de Brizola ao Real tiveram pífia repercussão porque sua candidatura não tinha força eleitoral.

Em terceiro lugar, se Lula fizesse uma crítica mais dura ao Real, talvez isso não resultasse em nada, ou até resultasse numa queda ainda maior. Entretanto, nossa política não pode ser determinada apenas a partir de seus dividendos eleitorais e imediatos.

Brizola, por exemplo, bateu no plano Cruzado (mais do que nós), perdeu feio as eleições de 1986 mas foi graças a isso que ele ressurgiu em 1989, perdendo por pouco para nós a chance de disputar com Collor o segundo turno. Nós, ao contrário, saímos da eleição de 94 atordoados, o que se reflete até hoje em nossa postura frente ao governo tucanopefelista.

Não quero com tudo isso dizer que uma política menos moderada, mais de acordo com o que aprovamos no

8º e no 9º encontros, teria nos levado à vitória (ainda que pudesse ter nos levado ao segundo turno). Quero apenas dizer que por conta dos erros cometidos (inclusive a linha moderada de campanha), acabamos sem querer dando uma mãozinha para nossos adversários.

* *

Voce diz que “nada autoriza afirmar que nem o Partido ou a coordenação dirigiram a campanha. Quem teria sido? Como exigir que a direção responda pelos erros da política seguida, se ela não dirigiu a campanha?”

Acho que sua resposta é formalista e não resiste a um exame do ocorrido na campanha. A coordenação de campanha foi eleita, reuniu-se mas efetivamente não dirigiu a campanha. Especialmente nos últimos meses, a coordenação foi tocada por um núcleo reduzido de dirigentes; só mais tarde formalizou-se a existência desta *coordenação de fato*.

Mas o problema não é a existência de uma coordenação menor ou maior, nem saber se a maioria da coordenação aceitou esta situação. Critico a política seguida por esta coordenação, e a correlação de forças nela predominante, que não foram as deliberadas pela maioria do partido.

Diga-se de passagem: foi o José Dirceu, numa reunião do Diretório Nacional do PT, quem disse pela primeira vez, publicamente, que foram os moderados que dirigiram a campanha Lula.

Voce diz que não podemos pedir que a direção responda pelos erros da política seguida, se ela não dirigiu efetivamente a campanha.

Ora, se alguém é eleito para dirigir e não dirige; se alguém é eleito para dirigir e deixa os outros dirigirem; se alguém é eleito para aplicar uma política e deixa que seja aplicada outra política; então esse alguém tem que ser cobrado.

* *

Para encerrar, voce diz que soube por mim mesmo dos “temores de um isolamento político por conta de (minhas) posições”; e promete não respaldar eventuais tentativas de me estigmatizar. Não deixa de ser um oferecimento tentador, até porque não tem sido facil garantir a independência editorial do *Linha Direta* e da *Teoria & Debate* (abrindo espaço para criticar a posição de certas vacas sagradas do PT, para debater a questão das contribuições de campanha etc.).

Infelizmente, voce vincula diretamente (“portanto, também por isso me julgo no direito”) o teu “respaldo” à “retificação” de minhas posições no episódio da Comissão de Ética. Assim sendo, só me resta ficar sem o teu respaldo...

Ademais, acho que não me fiz entender. Não “temo” o isolamento político por conta de minhas posições. Em primeiro lugar, às vezes somos obrigados a ficar isolados. Voce, por exemplo, foi voz isolada na Articulação, quando da virtual

expulsão da Convergência Socialista.

Em segundo lugar, há momentos em que os nossos adversários tentam nos isolar. Foi o que fizeram com voce nos últimos três anos, geralmente te estigmatizando, te atribuindo "métodos" supostamente inaceitáveis, ao invés de enfrentar as discussões políticas que voce (e nós todos) estávamos propondo.

Em terceiro lugar, estou convicto das posições que defendo.

••

Acredito ser necessário trabalhar pela unidade do PT, pela construção de uma direção que seja hegemônica, mas isso passa pela política e não pela repartição de cargos.

Acho que é necessário um acordo político mínimo entre os que defendem o programa democrático-popular, mas acham que o PT é apenas um partido social-democrata ("de esquerda"); e aqueles que defendem o programa democrático-popular articulado com uma estratégia socialista. Mas acho que esse acordo, se ocorrer, deve ser pautado pela política, e não pela repartição de espaços, até porque é preciso deixar claro para a militância, para os sem-tendência, que continua existindo no PT um setor disposto a construir um partido democrático, de classe, revolucionário e socialista. Acho um absurdo deixar estas bandeiras com o esquerdismo. Como acho um absurdo arriar estas bandeiras em

nome de uma suposta "governabilidade" do Partido, em nome de um inviável "centrão", de uma maioria aritmética e não política.

••

Sobre o Mao Tsé Tung, eu não conhecia a citação que voce usou: "aos inimigos, a luta armada; aos companheiros, a compreensão". E considero reducionista a idéia de que no mundo (e no partido) há apenas inimigos e companheiros.

Levada a sério, esta idéia significa duas coisas: quem não é companheiro é necessariamente inimigo; quem não é inimigo é necessariamente companheiro.

Nesse sentido, a citação vale mais para a tua política em relação a Unidade e Luta, do que para a minha. Da minha parte, acho que existem também os adversários, coisa que bem sabe a Unidade e Luta, que está enviando emissários para todo o país, na tentativa de recuperar sua maioria.

Mas não quero deixar para voce a condição de solitário maoísta entre nós. Afinal, sempre nos referimos aquele slogan famoso — "levantar bem alto a bandeira". E como voce sabe, eu detestaria que arriássemos as nossas.

Saudações petistas

Valter Pomar

~~30~~

32

São Paulo, 3 de agosto de 1994.

Rui,

Esta carta está semi-acabada há vários dias. A demora relaciona-se em parte ao rebuliço na minha vida pessoal, nessa semana que passou; e em parte à esperança de que o passar do tempo reduziria um pouco minha irritação. Afinal, apesar de militar há vários anos, ainda tenho dificuldade em distinguir, nas derrotas, o que é produto do constrangimento das condições objetivas e o que é resultado de erros individuais ou coletivos.

Me refiro ao processo que levou à substituição de Bisol e, posteriormente, à indicação de Mercadante. Assim como eu, dezenas de outros companheiros foram tomados de perplexidade diante do ocorrido. De uma hora para outra, sem que atinásemos exatamente o porquê, descobrimos ter sofrido uma derrota "no tapetão", como disse a imprensa.

Ainda não tenho claro qual o efeito da presença de Mercadante sobre a campanha. De imediato, amplos setores, inclusive da "esquerda", se entusiasmaram. Mas tendo em vista seu comportamento oscilante, não me surpreenderei nem se ele firmar uma posição ambígua, moderada (ver o editorial do *Estadão* a respeito); nem se ele cumprir um papel "esquerdista".

Em qualquer caso, sua entrada al-

tera, contra nós, a correlação de forças na coordenação de campanha, ampliando o peso de "Unidade e Luta"; e dificultando tremendamente nossa situação num futuro governo. Aliás, isso foi dito abertamente pela imprensa, que tenta nos arrastar para o dilaceramento público.

O desfecho deste episódio poderia ter sido diferente? Teria sido possível manter Bisol? Teria sido possível afastá-lo de outra maneira? Haveria como bancar outro nome para substituí-lo?

Isso tudo, naturalmente, é pura cliometria. Mas as vezes é preciso raciocinar com base em hipóteses. Por exemplo: apesar das fragilidades do Senador, poderíamos ter feito uma defesa mais agressiva, como fizemos quando do "caso Osvaldo Cruz". Poderíamos ter politizado a questão. Feito material de propaganda com a defesa (e o ataque). Mas isso ou não foi feito, ou foi mal feito. Em certa medida o mesmo ocorre no caso Guilherme Palmeira.

É sabido que toda linha de defesa estava prejudicada, já de saída, pelo comportamento quinta-coluna adotado por diversos componentes da Frente e do Partido. Mas esse comportamento revelava que o episódio tinha um significado político de fundo, ou que pelo menos estava sendo utilizado para impor uma reorientação à campanha.

É aí que começam os nossos problemas, a par de qualquer

constrangimento objetivo. Ao contrário de outros setores do partido, nós não operamos nesse episódio como um campo. Não reunimos. Não articulamos uma linha de defesa. Nos negamos (corretamente) a fazer uma consulta às bases —mas deixamos que os adversários “consultassem” a opinião pública.

Repetimos erro semelhante ao da revisão constitucional. O que significa que noutra momento, uma articulação entre a direita externa e a direita interna terá grande chance de nos derrotar.

Se não superarmos a desagregação existente no comando da Articulação de Esquerda, nossos objetivos de curto e médio prazo estarão inviabilizados. E se não reinstituímos algum tipo de fórum com os demais setores vitoriosos no 8º Encontro, continuaremos trombandando (vide votações na Executiva Nacional) e sendo motivo de chacota para a “velha maioria”.

Para superar a desagregação, o papel de alguns companheiros é, de momento, insubstituível. Destaco os presidentes nacional, estadual e municipal do partido, que foram conscientemente projetados por nós ao longo dos últimos dois anos.

Ainda que de formas e níveis diferenciados, e por motivos distintos, nenhum dos três têm assumido papel de destaque na manutenção de um mínimo de vida orgânica da Articulação de Esquerda. No caso da

Executiva Estadual, os esforços de recomposição da instância tiveram até agora pífio efeito. A coordenação de campanha vive em choque permanente com a executiva estadual, ainda que ambos os organismos sejam dirigidos por nós.

Faço este registro porque não pretendo personalizar na sua figura a responsabilidade pela situação. Mas acho que voce deve refletir pausadamente sobre sua atitude frente a questão. Sua condição de principal figura pública e interna da AE exige mais empenho para viabilizar coletivos, fazer reuniões preparatórias, discutir linhas de ação.

Se isto não for feito, a cada crise se repetirá o mesmo círculo vicioso: resistência; reconhecimento da incapacidade de resistir; derrota. Neste episódio, por exemplo, se é verdade que mesmo nosso pessoal titubeou, e muito, também é verdade que não fizemos, enquanto campo, nenhuma ação para organizar a resistência ou viabilizar alternativas.

Considero inconsequência culpar a falta de iniciativa dos outros. A responsabilidade é nossa, membros do DN, da CEN ou coordenadores nacionais da tendência. Portanto, não apenas sua. Mas se voce não entronizar que ela é em primeiro e insubstituível lugar sua, pessoal e intransferível, muito pouco acontecerá.

Tenho sido monocórdio a este respeito. Acho fundamental que voce

se engaje pessoalmente na preparação, organização e convocação de uma reunião nacional que preceda o próximo DN. Acho que antes disso voce deve convocar uma reunião para avaliação do episódio e, principalmente, discussão dos próximos passos. É preciso realizar reuniões semanais do nosso time.

Se voce não encampar a iniciativa, as coisas simplesmente não acontecerão, ou continuarão mancas. E será uma brutal perda de tempo por a perder o movimento que fizemos desde 1993, pela incapacidade de forjar um núcleo dirigente.

Evidentemente, estou tomando o "caso Bisol" como pretexto para tornar ao assunto de sempre. Talvez a substituição fosse mesmo inevitável. Talvez Mercadante fosse inevitável. Mas o desgaste poderia ser menor se conversássemos mais, se articulássemos mais e se ouvíssemos mais os outros. Tudo isto é contraditório com uma campanha que exige decisões rápidas. Mas que decisão rápida é

esse que demorou quase 30 dias para ser adotada? Teria sido ou não possível mais articularção?

Finalmente, acho dispensável entre nós o elencar de queixas acerca das dificuldades da campanha proporcional, da direção da coordenação e da presidência. Tenho pleno conhecimento delas, inclusive da fragilidade do material humano com que trabalhamos. É apesar disso, e inclusive para compensar/superar esta situação, que precisamos mais organicidade e discussão de medidas práticas.

O que é importante, antes de tudo, é não desconsiderar ou minimizar a inquietação que percorre nosso pessoal, nacionalmente, reforçada com este episódio. Perdemos o pé. A médio prazo, recuperaremos, e isso depende também de voce. Mas a curto prazo, depende principalmente de voce.

Um abraço

Valter Pomar

2.10
L. 100